

DA TEORIA À PRÁTICA: AS QUESTÕES DE GÉNERO NOS PLANOS CURRICULARES DOS CURSOS SUPERIORES DE COMUNICAÇÃO

*FROM THEORY TO PRACTICE: GENDER ISSUES IN THE CURRICULA OF HIGHER
EDUCATION COMMUNICATION DEGREES*

Carla Cerqueira 

Universidade Lusófona, CICANT

Lisboa, Portugal

carla.cerqueira@ulp.pt

Resumo. A inclusão de temáticas de igualdade de género, interseccionalidade e direitos humanos nas diversas esferas de atuação relacionadas com a educação e formação começa a ser uma prioridade no domínio da investigação e da ação, uma vez que pode contribuir para sociedades mais inclusivas e promotoras de maior justiça social. Assim, neste artigo baseamo-nos no contexto português e analisamos os planos dos cursos do ensino superior do primeiro ciclo da área da comunicação com o objetivo de perceber se existem unidades curriculares que apresentem conteúdos relacionados com as questões de género, interseccionalidade e direitos humanos e qual a sua importância no desenho dos cursos que formam profissionais das diversas áreas da comunicação. Na linha de outros estudos desenvolvidos noutros contextos, nesta análise exploratória concluímos que são praticamente inexistentes unidades curriculares que se foquem sobre as temáticas da igualdade de género, interseccionalidade e direitos humanos. Esta ausência demonstra que estas questões não são tidas como uma prioridade nas agendas da educação e formação, o que pode ter impactos no desenvolvimento profissional em áreas tão centrais como as que estão envolvidas nos domínios da comunicação.

Palavras chave: comunicação; cursos superiores; planos curriculares; igualdade de género.

Abstract. The inclusion of gender equality, intersectionality and human rights issues in the various spheres of action related to education and training is becoming a priority in the field of research and action, since it can contribute to a more inclusive society and promote greater social justice. Thus, in this article we focus on the Portuguese context and analyse the plans of higher education courses in the first degree of the communication area with the aim of understanding if there are curricular units that present contents related to gender, intersectionality and human rights issues and what is their importance in the design of the courses that train professionals in the various areas of communication. In line with other studies developed in other contexts, in this exploratory analysis we conclude that there are practically no curricular units that focus on the themes of gender equality, intersectionality and human rights. This absence shows that these issues are not considered as a priority in education and training agendas, which may have impacts on professional development in areas as central as those involved in the fields of communication.

Keywords: communication; higher education; curricula; gender equality.

INTRODUÇÃO

Os currículos universitários desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, práticas e cultura. Pressupõe-se que estes contribuam para que as e os estudantes sejam capazes de compreender a complexidade e diversidade envolventes e lidar com ela, nomeadamente nas futuras profissões que vão desempenhar. Esta compreensão holística e geradora de mudança social só é possível através de um currículo que favoreça a inclusão, a igualdade e a diversidade, de acordo com a cultura e os valores da sociedade em que nos encontramos (Puy, Pérez & Forson, 2015; Grünberg, 2011). Portanto, esta é uma área de investigação que deve ser central para compreender assimetrias de género e de outras pertenças identitárias que vão persistindo em diversas esferas.

Uma grande parte da pesquisa na área dos estudos de género e comunicação, ou estudos feministas da comunicação, tem centrado a atenção nos conteúdos comunicativos, sobretudo mediáticos, na análise de quem os produz e dos contextos em que estes são produzidos e como estes são recebidos e negociados pelos diversos públicos (Krijnen & Van Bauwell, 2015). Alguma pesquisa procura perceber também o impacto da chamada feminização das profissões e dos cursos da área da comunicação. Há alguns estudos que se centram nos cursos da área da comunicação, mas estes continuam a ser escassos, mesmo a nível internacional (e.g. Canteli & Martín, 2014; García-Ramos et al, 2020). No que diz respeito aos cursos da área da comunicação estes são considerados terrenos férteis para a transformação social porque as e os estudantes podem funcionar como agentes centrais na mudança nas futuras profissões que vão exercer (Canteli & Martín, 2014).

Portanto, a inclusão de todas as problemáticas relacionadas com a igualdade de género, interseccionalidade e direitos humanos tornam-se cruciais e permitem fomentar o pensamento crítico e a compreensão da complexidade do mundo. Portanto, este artigo procura colmatar uma lacuna na

investigação que se prende com a análise dos planos curriculares dos cursos do primeiro ciclo do ensino superior público universitário e politécnico da área da comunicação em Portugal de forma a perceber se as questões de género estão ou não presentes. Esta investigação é central, uma vez que é preciso perceber em que ponto estamos a nível nacional para tentar incrementar políticas públicas que possam colmatar as assimetrias que persistem. Esta é também uma área fundamental, pois as e os estudantes devem adquirir uma compreensão holística das diversas problemáticas sociais e ser capazes de perceber a relevância das questões de género, interseccionalidade e direitos humanos para o desenvolvimento da sociedade. Paralelamente, devem conseguir aplicar os conhecimentos adquiridos nas várias esferas da comunicação em que irão trabalhar.

AS QUESTÕES DE GÉNERO NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

As políticas públicas desenhadas a nível nacional e internacional têm tido uma preocupação crescente com o domínio da educação e formação enquanto áreas férteis para fomentar o pensamento crítico e contribuir para a transformação social. No que concerne ao domínio da comunicação, recordamos a Plataforma saída da Conferência Mundial sobre as Mulheres de Pequim, em 1995, e que representa uma mudança de paradigma no sentido da problematização dos direitos das mulheres como uma questão que diz respeito a toda a sociedade e que merece a análise crítica conjunta de várias esferas. Em 1995, na Plataforma de Ação que saiu da Conferência de Pequim – IV Conferência Mundial sobre as Mulheres – foram apresentadas doze áreas críticas de preocupação no que se refere às mulheres, sendo que a importância dos *media* na representação e participação das mulheres aparece como uma das áreas-chave. Na secção J, denominada “As Mulheres e os Media”, reconhece-se que os meios de comunicação são fulcrais para o progresso das mulheres.

Assim, o documento incide sobre dois objetivos estratégicos, os quais poderão ser operacionalizados através de diversas medidas a adotar pelos governos e organizações internacionais, pelas associações de profissionais e pelas empresas e profissionais da esfera mediática. Salienta-se, portanto, a importância de i) “incrementar a participação e o acesso das mulheres à expressão das suas ideias e à tomada de decisão nos meios de comunicação social e através deles, e nas novas tecnologias da comunicação” (CIDM, 2005: 170) e ii) “fomentar uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres nos meios de comunicação social” (CIDM, 2005: 173). Pode, assim, concluir-se que os dois objetivos supramencionados visavam a ação política para alcançar a igualdade de género nos *media* estão interligados. A Conferência de Pequim constituiu um ponto de viragem e de paradigma ao nível das questões dos direitos das mulheres, sendo que elas passam de marginais na esfera política a ser vistas como problemáticas sociais centrais e que necessitam de várias esferas para que se consiga almejar a mudança social, sendo a educação e formação centrais a esse nível.

Desde essa altura tem sido feito um balanço de 5 em 5 anos destes pontos-chave, reforçando os objetivos estabelecidos desde o início. Passados 25 anos, reconhecem-se os avanços alcançados, mas destacam-se as lacunas vigentes em inúmeras áreas, à qual não escapa o setor da comunicação, até porque este se complexificou dada a diversidade de plataformas e atividades profissionais que agrega. Estas preocupações são bem sublinhadas pelos diversos países, entre os quais se encontra Portugal, através da inclusão da comunicação como uma das áreas-chave dos planos para a igualdade e cidadania (visível na atual Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND implementada pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género em conjugação com diversos atores sociais). A este respeito, é igualmente de referir a feminização das várias profissões da área da comunicação, bem como dos cursos superiores. No entanto, as assimetrias de género continuam a persistir em muitos domínios e os sexismos continuam a estar presentes em muitos conteúdos mediáticos. É por isso fundamental fomentar o pensamento crítico de estudantes que serão futuras e futuros profissionais das áreas da comunicação. A propósito do jornalismo, também Louise North (2009) refere que a ausência de uma educação substantiva sobre as questões de género e a cultura jornalística no âmbito dos cursos universitários de jornalismo contribuem para a manutenção da desigualdade de género sistémica no âmbito das organizações.

O CONTEXTO PORTUGUÊS

Abordar como os estudos de género são pensados em termos de educação e formação implica uma reflexão sobre diversos eixos que se interrelacionam e que mostram a complexidade da área. Além disso, é importante termos em atenção um conhecimento situado (Haraway, 1988) que não ignore as especificidades do contexto português. Enquanto em diversos países, sobretudo na cultura anglo-saxónica, a partir da

década de 1960 começam a ser criados diversos cursos, departamentos, graus académicos e outros de investigação que trabalham as questões de género e/ou feministas, em Portugal esta movimentação só é visível a partir dos anos 80, o que revela um florescimento tardio da área (Amâncio, 2002), pois “só a partir dessa altura, eles se formulam conscientemente como tal, numa perspetiva inovadora de redescoberta ou de nova leitura da realidade” (Silva, 1999, p.17), questionando-se o lugar das mulheres como objetos e sujeitos da investigação (Almeida, 1986).

Este desenvolvimento tardio está obviamente integrado no percurso histórico do contexto de desenvolvimento das ciências sociais e dos feminismos em Portugal (Joaquim, 2007). A ditadura do Estado Novo deixou várias marcas no contexto nacional e às quais a ciência não foi imune, tendo desenvolvimentos tardios em diversas áreas, nomeadamente nas ciências sociais. É também neste período, após a revolução do 25 de abril de 1974, que se dá uma grande transformação política, económica, social e cultural na sociedade portuguesa (Tavares da Silva, 1999), a qual leva a grandes mudanças no ensino superior. Os estudos das mulheres, de género e feministas¹, enquanto área científica, começam, assim, a ganhar visibilidade e reconhecimento a partir da década de 1980, sobretudo com a entrada de mais mulheres no meio académico. A área começa, aliás, a institucionalizar-se nos anos 90 (Vaquinhas, 2002). Nos últimos anos dessa década verifica-se “um surto visível nas universidades” (Vaquinhas, 2002, p.207), constituindo “um campo de grande vitalidade: nunca como hoje foi tão forte o sistema de reenvios interdisciplinares dentro da comunidade académica (...)” (Silva & Tavares, 2001, p.133).

Também Virgínia Ferreira (2001, p.15) afirmava sobre os estudos das mulheres em Portugal que estes vieram estimular “um mundo novo de ‘objectos’ a investigar”, sendo hoje nítido que ainda têm um longo caminho a percorrer. Igualmente, Lígia Amâncio (2002, p.57) alertava para o escasso uso da designação “estudos feministas”, o qual, no entender da autora, ainda era prova de medo “numa sociedade fortemente normativa em relação ao papel feminino, e paternalista em relação às mulheres”. Com efeito, trata-se de uma área de estudos que, como percebemos, aparece por vezes nomeada com diferentes designações que oscilam entre “estudos sobre as mulheres”, “estudos de género” e “estudos feministas”.

Hoje, passados cerca de 20 anos, pode afirmar-se que se trata de uma área com muita produção científica, mas que ainda exige aprofundamento em termos de implementação prática. Segundo dados da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – em Portugal e apenas considerando as instituições de ensino superior públicas, existem neste momento apenas três mestrados e um doutoramento em estudos de género, tal como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1. Cursos orientados para a área de género nas Universidades Públicas em Portugal.

Universidade Do Minho	Instituto De Ciências Sociais (UM)	“ <u>Género e Sexualidade</u> ”	Mestre	Acreditado	29-07-2020
Universidade de Lisboa	Instituto Superior De Ciências Sociais E Políticas	“ <u>Família e Género</u> ”	Mestre	Acreditado	24-05-2012
Universidade De Lisboa	Instituto Superior De Ciências Sociais E Políticas	“ <u>Estudos de Género</u> ”	Doutor	Acreditado	21-02-2018
Universidade De Lisboa	Instituto Superior De Ciências Sociais E Políticas	“ <u>Família e Género</u> ”	Mestre	Acreditado	25-02-2019

Fonte: A3ES²

É também de referir que existe em funcionamento um doutoramento em Estudos Feministas:

¹ Sobre as designações mais utilizadas, Tavares e colegas (2009, p.8) frisam que a terminologia “estudos feministas” também tem encontrado dificuldades no caso português, em que predomina o uso do termo ‘estudos sobre as mulheres’. A justificação adiantada pelas autoras sugere que tal aconteça para “alargar a influência, não ‘guetizar’ esta área científica”, mas salientam que essa é a “designação a que melhor se arquiteta numa perspectiva emancipatória da construção do saber e que tem um passado histórico”.

²<https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/resultados-dos-processos-de-acreditacao/acreditacao-de-ciclos-de-estudos>

Tabela 2. Doutoramentos orientados para a área dos Estudos Feministas nas Universidades Públicas e Politécnicos em Portugal

Universidade De Coimbra	Faculdade De Letras (UC)	“Estudos Feministas”	Doutor	Acreditado	19-05-2015
-------------------------	--------------------------	----------------------	--------	------------	------------

Fonte: A3ES³

Mencionamos também a existência de dois mestrados em Estudos sobre as Mulheres:

Tabela 3. Mestrados orientados para a área de género nas Universidades Públicas e Politécnicos em Portugal.

Universidade Aberta	Departamento De Ciências Sociais E De Gestão (UAb)	“Estudos sobre as Mulheres”	Mestre	Acreditado	27-04-2015
Universidade Nova De Lisboa	Faculdade De Ciências Sociais E Humanas (UNL)	“Estudos Sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura”	Mestre	Acreditado	16-04-2015

Fonte: A3ES⁴

Esta pesquisa de cursos acreditados na área dos estudos de género, feministas e sobre as mulheres revela a escassez de formação específica na área no contexto português. Além disso, se olharmos para a data de início dos cursos, verificamos que são bastante recentes. Se considerarmos os cursos de licenciatura em diversas áreas, refere-se a necessidade de introdução de unidades curriculares que abordem as problemáticas relacionadas com as diversas desigualdades sociais.

No que toca às formas de ação no seio dos movimentos de mulheres e/ou feministas, estas foram-se alterando, valorizando uma interseção entre o ativismo e a academia cada vez mais patente nas mais diversas iniciativas. A criação, em 1991, da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), a qual se tem dedicado a dar visibilidade aos estudos nesta área constitui um momento particularmente relevante. Subsequentemente, foram criados cursos⁵ em diversas instituições de ensino superior e as próprias associações não-governamentais foram estabelecendo parcerias para desenvolver investigação científica. Atualmente, são realizados estudos que possuem já um carácter interdisciplinar e que têm no cerne das suas preocupações todas as problemáticas que atravessam os direitos humanos, género e feminismos. Portanto, os estudos de género já assumem o seu espaço no seio da academia, em termos curriculares e de investigação. Contudo, se nos debruçarmos sobre a inclusão destas temáticas de forma transversal nos diversos planos curriculares percebemos que as lacunas são evidentes.

Especificamente no campo da comunicação é de lembrar que nas décadas de 1970 e 1980 não existiam cursos de jornalismo ou comunicação social em Portugal e, por isso, as/os profissionais das duas áreas tinham proveniências formativas em vários outros domínios e aprendiam pela experiência. Este cenário alterou-se significativamente e os estudos mais recentes demonstram que as ciências da comunicação seguem a tendência internacional, marcada pela presença de um número cada vez maior de mulheres tanto ao nível dos cursos superiores, como nas várias atividades profissionais associadas. Contudo, este cenário não indica que estejamos numa área permeada pela igualdade e diversidade, pois ainda persistem múltiplas assimetrias de género. Por seu turno, os estudos de género na investigação em ciências da comunicação têm ganho expressão nos últimos anos a nível internacional e nacional, o que demonstra a vitalidade deste campo de pesquisa e a necessidade de aprofundamento de diversas temáticas. Por fim, a implementação do Processo de Bolonha nas universidades europeias, e nas universidades portuguesas, em particular, levou a uma transformação estrutural nos planos curriculares dos cursos de ensino superior, encurtando e condensando unidades curriculares, o que também teve impacto nos conteúdos que são incluídos e excluídos.

METODOLOGIA

O objetivo central desta pesquisa é perceber se as questões de género estão presentes ou ausentes dos planos curriculares dos cursos de primeiro ciclo de ensino superior público universitário e politécnico da

³<https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/resultados-dos-processos-de-acreditacao/acreditacao-de-ciclos-de-estudos>

⁴<https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/resultados-dos-processos-de-acreditacao/acreditacao-de-ciclos-de-estudos>

⁵ Um dos mais exemplificativos foi o Mestrado de Estudos sobre as Mulheres da Universidade Aberta, criado em 1995.

área da comunicação. Neste sentido, neste estudo exploratório analisamos os planos curriculares vigentes em 2019-2020 que se encontravam online dos cursos da área da comunicação do primeiro ciclo das instituições públicas portuguesas.

Com efeito, são estes que formam futuras e futuros profissionais das mais diversas áreas, nomeadamente jornalismo, publicidade, relações públicas, multimédia e cinema e audiovisual. Inicialmente, para selecionar os cursos, fizemos uma pesquisa no website da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) para perceber quais eram os que apareciam na área da comunicação, pois este é o espaço digital oficial para a pesquisa dos cursos existentes e que tem um peso determinante nas escolhas vocacionais. Seguimos as áreas de Educação e Formação designadas e selecionamos os 19 cursos que se encontravam no âmbito da Informação e Jornalismo. É de referir que estes possuem designações muito diversificadas, mas que se encontram no domínio das “ciências da comunicação” (ver tabela 4).

Tabela 4. Cursos de comunicação, por Universidade/ Instituto Politécnico (Portugal)

Ciências da Informação	Universidade de Coimbra
	Universidade do Porto
Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior
	Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
	Universidade do Minho
	Universidade Nova de Lisboa
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
	Universidade do Algarve
Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia	Universidade do Porto
Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	Instituto Politécnico do Porto
Comunicação e Jornalismo	Instituto Politécnico de Bragança
Comunicação e Média	Instituto Politécnico de Leiria
Comunicação Social	Instituto Politécnico de Coimbra
	Instituto Politécnico de Setúbal
	Instituto Politécnico de Tomar
	Instituto Politécnico de Viseu
Jornalismo	Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Comunicação Social
Jornalismo e Comunicação	Universidade de Lisboa
	Instituto Politécnico de Portalegre

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Neste estudo exploratório, após esta primeira pesquisa, consultamos os websites das instituições e analisamos os planos curriculares de todos os cursos elencados anteriormente. Inserimos os dados no software Nvivo e procuramos unidades curriculares relacionadas com as questões de género, mesmo que a designação não incluisse o termo “género”. Se neste estudo interessa perceber se estas temáticas se encontram de forma explícita nos planos curriculares. Numa fase posterior pretendemos analisar os programas das unidades curriculares que podem incluir estas questões.

RESULTADOS

A pesquisa efetuada mostra-nos que as questões de género não estão presentes como unidades curriculares em nenhum dos cursos de primeiro ciclo de ensino superior público universitário e politécnico da área da comunicação. No entanto, é de referir que a grande maioria dos cursos possui unidades curriculares com uma designação que permite trabalhar em profundidade os temas de género, interseccionalidade e direitos humanos. Por um lado, esta realidade observada remete-nos para o facto de esta área ser transversal a todas as temáticas e poder ser incluída quotidianamente nas aulas lecionadas e em algumas de forma bem vinculada. Por outro lado, revela-nos que este cenário deixa sempre ao critério da equipa docente a decisão de incluir estes temas ou mantê-los invisíveis, não alterando o panorama existente, o que continua a ser problemático numa altura em que existem retrocessos significativos neste campo, a nível internacional.

Tal como podemos ver na tabela seguinte, há algumas unidades curriculares com bastante expressão em diversos cursos e que possuem uma designação propícia à inclusão das temáticas relacionadas com desigualdades sociais e a sua complexidade na contemporaneidade.

Tabela 5. Unidades curriculares, por Universidade/ Instituto Politécnico

Área	Universidade/Instituto Politécnico	Unidade Curricular
Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	- Pensamento Contemporâneo - Sociedade e Comunicação
	Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	- Agenda Internacional - Psicologia Social - Teoria da Cultura
	Universidade do Minho	- Psicologia Social - História da Comunicação - Comunicação, Imagem e Novos Média - Média e Culturas Contemporâneas
	Universidade Nova de Lisboa	- Teoria da Imagem e da Representação - Cultura Contemporânea
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	- Análise social da comunicação - Psicologia Social - História da Comunicação e dos Média
	Universidade do Algarve	- História Contemporânea - Discurso dos Média - Psicologia da Comunicação
Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia	Universidade do Porto	- História do Mundo Contemporâneo - Psicossociologia da Comunicação
Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	Instituto Politécnico do Porto	
Comunicação e Jornalismo	Instituto Politécnico de Bragança	- História Contemporânea - Cultura Portuguesa
Comunicação e Média	Instituto Politécnico de Leiria	- História Contemporânea - História e Dinâmica dos Média - Temas do Mundo Contemporâneo
Comunicação Social	Instituto Politécnico de Coimbra	- Psicologia Social dos Grupos e Equipas de Trabalho - Psicologia Social da Comunicação - História Contemporânea - Temas e Problemas Sociais nas Sociedades Contemporâneas - Relações Interpessoais - História das Ideias e dos Movimentos Sociais - Ética e Cidadania
	Instituto Politécnico de Setúbal	- História dos Média - Educação para os Média e Gestão da Informação - Atualidade nos Média - História Contemporânea e Cidadania
	Instituto Politécnico de Tomar	- Problemáticas Contemporâneas - Discurso dos Média
	Instituto Politécnico de Viseu	- Temas de História Contemporânea - Psicologia Social
Jornalismo	Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Comunicação Social	- História e Política do Mundo Contemporâneo - Portugal Contemporâneo - Análise Social - Análise do Discurso Jornalístico - Comunicação Intercultural - Cultura e Média - Desafios Contemporâneos do Jornalismo
Jornalismo e Comunicação	Universidade de Lisboa	- Conteúdos e Audiências
	Instituto Politécnico de Portalegre	- Língua e Cultura Portuguesa - Discurso dos Média - Novos Média, Cultura e Sociedade

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Neste estudo exploratório não tínhamos como propósito analisar os programas das diversas unidades curriculares e, por isso, não sabemos até que ponto é que incorporam este tipo de questões. Podemos referir que estas não existem de forma explícita no âmbito dos planos curriculares. É de mencionar que o facto de

não existirem unidades curriculares diretamente relacionadas com as questões de género não significa, no entanto, que as e os docentes de determinadas áreas não incluam estas questões nas aulas e nos programas específicos que lecionam. Isto exigiria uma análise aprofundada dos programas de todas as unidades curriculares dos cursos da área da comunicação, até porque as questões de género, interseccionalidade e direitos humanos podem ser incluídas em vários conteúdos programáticos e essa transversalidade só beneficia as abordagens que são trabalhadas. A inclusão do género, interseccionalidade e direitos humanos pode ser alcançada através da inclusão de módulos específicos nas unidades curriculares existentes., por exemplo, através da inclusão de abordagens teóricas, métodos, leituras, perguntas e atividades específicas, encorajando as e os estudantes a pensar constantemente com lentes de género voltadas para as suas esferas profissionais (Puy, Pérez, & Forson, 2015).

Esta até poderá ser uma estratégia a ser seguida, mas se não existir uma incorporação das temáticas, de forma vinculativa, nos planos curriculares, estas podem ficar sempre ao critério de quem leciona. É de notar também a situação de precariedade laboral que se vive no ensino superior e que leva a que as unidades curriculares possam ser lecionadas por docentes diferentes de um ano para o outro. Também não se pode ignorar o impacto dos discursos que têm emergido na esfera pública e que se posicionam com os estudos de género e outro tipo de temáticas que abordam as desigualdades sociais e as assimetrias grupais que continuam a persistir, sendo que este podem gerar determinados retrocessos nestas áreas.

Simultaneamente, consideramos que em primeiro lugar é necessário introduzir uma perspetiva feminista nos currículos dos cursos que formam profissionais na área dos *media*. Só desta forma se pode incrementar a consciência sobre as implicações dos enquadramentos dados às notícias, insistindo no interesse em transmitir uma visão mais equilibrada e diversificada da realidade social, que inclua os seres humanos com as suas idiossincrasias e subjetividades, e não apresente uma visão monolítica de determinados grupos, perpetuando desigualdades há muito sedimentadas que urge desconstruir.

NOTAS FINAIS PARA REFLEXÃO

O objeto de estudo deste artigo são os planos curriculares vigentes em 2019-2020 que se encontravam online dos cursos de ensino superior público universitário e politécnico da área da comunicação do primeiro ciclo. Obviamente que estes planos podem alterar-se de ano para ano, bem como as necessidades docentes e respetivos programas curriculares, os quais ficam ao critério de quem leciona. De referir igualmente que esta questão ainda se coloca mais nos casos que se referem a unidades curriculares opcionais e que sofrem ainda mais flutuações.

Como é possível verificar através dos resultados obtidos, são praticamente inexistentes unidades curriculares que se foquem sobre as temáticas da igualdade de género, interseccionalidade e direitos humanos. Estes resultados encontram-se em linha com outras investigações realizadas a nível internacional (García-Ramos, Zurian & Núñez-Gómez, 2020) e que revelam a quase invisibilidade destas temáticas de uma forma explícita no âmbito dos programas curriculares. Tal como acontece também noutros contextos (ver, por exemplo, García-Ramos et al, 2000), em Portugal esta é uma questão que tem sido colocada ao longo dos anos no âmbito da investigação académica e das políticas públicas. Há uma escassez de formação nesta área, sobretudo no que toca às futuras e aos futuros profissionais da comunicação, que chegam ao mercado de trabalho e não estão preparados para trabalhar com estas temáticas e muitas vezes nem reconhecem a sua pertinência (Santos et al, 2018).

Portanto, estes resultados demonstram que não se têm cumprido os objetivos da secção J da Plataforma de Ação de Pequim, ou seja, continua a existir uma lacuna no âmbito da formação e que tem repercussões futuras. Numa altura em que se faz a revisão de Pequim + 25 importa colocar novamente a tónica nesta questão da formação e dos planos curriculares dos cursos que formam profissionais da área da comunicação. Quanto mais cedo existir uma inclusão das temáticas relacionadas com a igualdade de género e diversidade maior poderá ser o contributo para uma mudança em termos de representação das questões nos vários conteúdos comunicativos que são produzidos e difundidos. Importa, portanto, perceber porque este é um dos eixos mais difíceis de concretizar e que tem sido alvo das discussões neste campo nas últimas décadas. Esta é também uma prioridade da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente do objetivo 5, o qual visa incrementar a igualdade de género em todas as esferas, embora não aborde especificamente a vertente da comunicação. Obviamente que esta tem sido uma das prioridades de vários organismos internacionais, nomeadamente da UNESCO e do Conselho da Europa (ver, por exemplo, Cerqueira & Cabecinhas, 2012).

No que diz respeito especificamente ao contexto português, as várias políticas públicas implementadas ao longo dos anos, nomeadamente os Planos de Igualdade da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), referem esta necessidade de apostar na formação de profissionais da área da comunicação. Aliás, como já referimos na primeira parte deste artigo, têm sido realizados vários cursos de formação de curta duração dirigidos a estudantes e a profissionais da área, mas são medidas pontuais e que não permitem abranger todas e todos os estudantes nem são de carácter obrigatório. Dependem sempre da iniciativa da CIG e da aceitação e acolhimento das instituições de ensino superior. Além disso, também começam a surgir formações e programas formativos específicos em algumas universidades, nomeadamente pós-graduações, mestrados e doutoramentos, os quais revelam que se trata de uma área com procura e em crescente expansão. Porém, esta formação avançada não permite colmatar as lacunas identificadas na formação de profissionais da área da comunicação e depende sempre de uma necessidade e/ou escolha posterior.

Neste sentido, a análise exploratória que aqui apresentamos permite traçar algumas linhas sobre o panorama português no que diz respeito à invisibilidade das questões de igualdade de género, interseccionalidade e direitos humanos nos planos curriculares dos cursos superiores da área da comunicação. Será importante incorporar também neste estudo os cursos das instituições de ensino superior privadas, sendo que este será um próximo passo em termos de análise para alargar a todo o ensino superior português. Convém também referir que é fundamental analisar os planos curriculares de forma integrada e mais aprofundada, através da pesquisa dos conteúdos, metodologia e bibliografia que são disponibilizados às e aos estudantes nas unidades curriculares que se relacionam com a temática e também em outras que aparentemente possam não ter enfoque nestas áreas. Este tipo de análise é fundamental para percebermos as abordagens que são privilegiadas, bem como a pertinência de integrar a igualdade de género, interseccionalidade e direitos humanos de forma transversal às várias matérias lecionadas. Esta pode ser uma estratégia a ser seguida, mas que necessita de ser planeada para que este tipo de temas não desapareça de um momento para o outro, consoante a pessoa que leciona a unidade curricular. Este alerta também tem sido levantado noutros estudos e inclui o facto de em alguns casos as temáticas de género surgirem nas unidades curriculares opcionais, sendo que a oferta pode variar e algumas delas podem não funcionar (García-Ramos, Zurian & Núñez-Gómez, 2020).

Outro ponto que merece maior reflexão relaciona-se com a importância dos planos de igualdade de género no âmbito das instituições de ensino superior. Se olharmos para o contexto português vemos que estes são ainda escassos, que muitas vezes não abrangem todas as dimensões e são de difícil operacionalização pela complexidade crescente que é vivenciada neste tipo de instituições (Augusto *et al*, 2018). É, contudo, de referir que nos últimos anos tem existido um esforço de alguns grupos de investigação no sentido de concretizar este tipo de medidas e de criar um debate alargado sobre a sua pertinência e sobre o envolvimento de vários atores sociais que se movem neste campo (ver, por exemplo, o projeto SAGE⁶). No nosso entender a existência dos planos é fundamental para criar uma consciência generalizada da importância das questões no âmbito académico e que pode contribuir para incrementar mudanças estruturais a nível dos planos curriculares.

Em suma, é importante criar um compromisso efetivo e duradouro para a inclusão destas temáticas no âmbito curricular, o qual requer um diálogo articulado entre vários agentes sociais – academia (docência e investigação), profissionais e instituições da área da comunicação, organizações e coletivos da sociedade civil e atores governamentais. Numa altura em que se verificam retrocessos em termos de igualdade de género em diversos contextos e em há um ataque a nível internacional aos estudos de género (ver o caso da Hungria, por exemplo⁷) estas questões assumem ainda uma maior pertinência e precisam de ser colocadas no centro das prioridades da investigação para que os avanços alcançados não sejam ultrapassados pelos retrocessos. Além disso, consideramos que estas devem ser perspetivadas numa ótica interseccional (Cerqueira & Magalhães, 2017), que valorize a interrelação de diversas categorias identitárias, como a classe, etnia, raça, idade, diversidade funcional, entre outras, refletindo a diversidade e complexidade existentes.

⁶ <https://www.sage-growingequality.eu/site/library>

⁷ <http://blogs.lse.ac.uk/gender/2018/09/24/attack-on-freedom-of-education-in-hungary-the-case-of-gender-studies>

REFERÊNCIAS

- Almeida, Ana Nunes de (1986). As mulheres e as ciências sociais: os sujeitos e os objectos de investigação', *Análise Social*, 94 (22): 979-985.
- Amâncio, Lúcia (2002). O género na Psicologia Social em Portugal: perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros, In Ferreira, Virgínia; Tavares, Teresa & Lourenço, Clara (coord.) A construção dos estudos sobre as mulheres em Portugal I – Ex aequo, 6: 55-76. Oeiras: Celta Editora.
- Augusto, Amélia; Sales, Catarina; Araújo, Emília & Cerqueira, Carla (2018). [The Place for Gender Research in Contemporary Portuguese Science and Higher Education Policies within the Context of Neo-liberalism](#), In Heike Kahlert (ed). *Gender Studies and the New Academic Governance*: Springer. DOI 10.1007/978-3-658-19853-4_6
- Canteli, Maria Pardo & Martín, Annabel (2014). Gender(ed) Matters in Communication/Media Studies: Integrating Curricular Innovation and Social Change in the Spanish Model. *Anàlisi. Quaderns de Comunicació i Cultura*, 50, p. 39-53. DOI: <http://dx.doi.org/10.7238/a.v0i50.2249>
- Cerqueira, Carla & Magalhães, Sara I. (2017). Ensaio sobre cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media, *ex aequo* n°35, 9-20. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01>. URL: <http://exaequo.apemestudos.org/artigo/35-ensaio-sobre-cegueiras-cruzamentos-interseccionais-e-invisibilidades-nos-media>
- Cerqueira, Carla & Cabecinhas, Rosa (2012). Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos media: da (inov)ação legislativa à mudança social. *Ex Aequo*, 25: 105-118. URL: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100009
- García-Ramos, F., Zurián, F., & Núñez-Gómez, P. (2020). Gender studies in Communication Degrees. [Los estudios de género en los Grados de Comunicación]. *Comunicar*, 63, 21-30. <https://doi.org/10.3916/C63-2020-02>
- Grünberg, L. (2011). From Gender Studies to Gender IN Studies. Case Studies on Gender-Inclusive Curriculum in Higher Education. UNESCO-CEPES Studies on Higher Education.
- Haraway, Donna J. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies* 14 (3):575–599. Doi: <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Joaquim, Teresa (2007). Feminismos, Estudos sobre as Mulheres ou “para onde vai este barco?”, In Amâncio, Lúcia et al (org.) O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois. Lisboa: Dom Quixote: 203-216.
- Krijnen, Tonny & Van Bauwel, Sofie (2015). *Gender and Media: Representing, Producing, Consuming*. Routledge.
- North, L. (2009). *The gendered newsroom: how journalists experience the changing world of media*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Puy, A., Pérez, M.P., & Forson, A. (2015). Manuals with guidelines on the integration of sex and gender analysis into research contents, recommendations for curricula development and indicator. Deliverable 3.11. Gender-NET.
- Santos, Anabela; Cerqueira, Carla & Cabecinhas, Rosa (2018). Challenging it softly: a feminist inquiry into gender in the news media context. *Feminist Media Studies*, vol.9 n°3. (June 2018). DOI: 10.1080/14680777.2018.1465445 URL: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14680777.2018.1465445>
- Silva, A. & Tavares, T. (2001). Estudos Culturais, Estudos sobre as Mulheres e Estudos Culturais sobre as Mulheres. *Ex aequo, A construção dos estudos sobre as mulheres em Portugal I*, 5, 123-148.
- Silva, Manuela (1999). *A igualdade de género: Caminhos e Atalhos para uma sociedade inclusiva*. Lisboa: CIDM.
- Tavares da Silva, Regina (1999). Estudos sobre as mulheres em Portugal: um olhar sobre o passado, In Ferreira, Maria e Henriques, Fernanda (org.) Representações sobre o feminino, *Ex aequo*, 1: 17-28.
- Vaquinhas, Irene (2002). Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço'. *História – Revista da Faculdade de Letras, III Série*, 3, Porto: 201-221.